

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

# O custo da chantagem no Ministério da Saúde



**Por R\$ 8,2 bi em repasses sem controle, Centrão tolerou Nísia Trindade no Ministério da Saúde. E o governo concordou em pagar. Azar dos que dependem do Estado para cuidar da saúde**

O governo do presidente Lula da Silva e lideranças do Congresso parecem ter chegado a um preço pela permanência de Nísia Trindade à frente do Ministério da Saúde, sabe-se lá até quando: R\$ 8,2 bilhões. Esse foi o valor repassado pela pasta aos Estados e municípios em 2023 fora dos controles republicanos, como revelou o **Estado**. Alguns entes agraçados com repasses milionários não tinham sequer capacidade material para dispor de tanto dinheiro, um fato revelador de que a saúde e o bem-estar dos

cidadãos estiveram muito longe de ser a grande preocupação dos envolvidos.

Há tempos o Centrão, conduzido pelo cabresto curto do presidente da Câmara, Arthur Lira, cobiça a cadeira de Nísia pelo portentoso orçamento da pasta e sua imensa capilaridade nacional. Sob forte pressão, a ministra tem se sustentado no cargo, mas aos poucos tem dado mostras de que parece ter entendido como a banda toca em Brasília. A autorização desses repasses ao abrigo da luz parece indicar que a ministra resolveu dançar conforme a música. Uma lástima, considerando o

perfil técnico e a biografia impecável de Nísia.

Nada haveria de errado se os recursos federais tivessem chegado a seus destinos para viabilizar projetos bem planejados e implementados que, de fato, transformassem a vida da população local. Estar-se-ia ainda no campo das boas relações federativas e do respeito à Constituição se o manejo desses R\$ 8,2 bilhões pudesse ser auditado de forma técnica e transparente e, não menos importante, se os resultados das políticas públicas supostamente financiadas por esses repasses pudessem ser mensurados.

Evidentemente, não foi o que aconteceu. E, a rigor, nem poderia ter sido, pois todo o processo de liberação dessa dinheirama foi montado de forma a servir a um propósito político-eleitoral, não para cuidar da saúde das pessoas. A blindagem de um escrutínio preciso, portanto, era um elemento fundamental para a consecução de objetivos para lá de antirrepublicanos.

Ora, a própria pasta da Saúde define critérios objetivos para liberar recursos, muitos ligados à capacidade de gestão dos entes federativos. Na prática, isso significa, entre outras medidas, estabelecer um teto de repasses diretamente vinculado à estrutura de atendimento local – o que faz todo o sentido à luz da racionalidade administrativa. Entretanto, o teto é válido para emendas parlamentares e algumas outras alíneas do orçamento, mas não para os repasses classificados como “emergenciais”. Eis a malandragem.

Boa parte dos R\$ 8,2 bilhões foi enviada aos Estados e municípios justa-

mente como “repasses emergenciais”. Resultado: em 651 cidades, o valor recebido extrapolou o teto fixado pelo Ministério da Saúde; em 20 delas, em mais de 1.000%. Onde foi parar todo esse dinheiro, só governadores, prefeitos e os padrinhos desses repasses no Congresso e no governo podem dizer.

Tanto Nísia Trindade como o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, juram de pés juntos que tudo foi feito de acordo com a lei e com as diretrizes das pastas que chefiavam. Porém, não há explicações convincentes sobre os motivos pelos quais houve cidades que pediram recursos emergenciais à União e não os receberam, enquanto outras receberam muito mais do que poderiam gastar. Nesse sentido, decerto não é coincidência o fato de Alagoas, Estado de Lira, ter sido o mais beneficiado pelos repasses da Saúde, com R\$ 166,5 milhões (além de outros R\$ 103 milhões apenas para a capital Maceió, reduto eleitoral do presidente da Câmara).

Sabe-se que Lula tem de lidar com um Congresso que, se não lhe é totalmente hostil, está longe de lhe garantir conforto, mínimo que seja. Em primeiro lugar, há a dificuldade política advinda das urnas: a sociedade elegeu representantes que, em sua maioria, são avessos à agenda política de Lula e do PT. Ademais, os parlamentares se autoatribuíram prerrogativas sobre o Orçamento que tornam refém quem quer que seja o presidente da República. Assim, negociar apoio, sobretudo nessas condições, é legítimo. O que é inaceitável é esse vale-tudo à custa da saúde da população. ●

## Qualidade exige critério

**Se o governo federal mudar de fato os critérios de avaliação dos cursos de graduação e faculdades, o Brasil pode enfim começar a corrigir erros históricos no ensino superior**

O governo planeja alterar os critérios com os quais o Ministério da Educação (MEC) avalia os cursos de graduação e das faculdades do Brasil, acrescentando dimensões mais compatíveis com as exigências por qualidade, com a formação no ensino superior e com a adequação ao mercado de trabalho e à pesquisa. Caso se confirme o que foi antecipado pelo Inep, órgão ligado ao MEC, será uma bem-vinda correção de rota numa área que há muito tempo exhibe um abecedário de erros, deficiências e distorções.

As ideias em gestação foram mencionadas na divulgação dos indicadores referentes a 2022 – o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição

(IGC). O primeiro avalia a graduação, incluindo desempenho dos alunos por meio de uma avaliação nacional (Enade), corpo docente, infraestrutura e questionário respondido pelos universitários. O segundo abrange também a avaliação da pós-graduação e dá uma nota para as instituições. Os novos critérios podem incorporar itens como qualidade da formação, empregabilidade e taxas de conclusão, além de organizar melhor os indicadores avaliados, como infraestrutura, corpo docente, questões pedagógicas e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

É fato que nenhum dos critérios atuais tem respondido adequadamente ao que se espera de uma avaliação do ensino: nem ajudam o governo a identificar com precisão os erros e acertos de estudantes e universidades nem contri-

buem para que as instituições corrijam fraquezas e aperfeiçoem seus métodos e práticas. Não à toa um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado no fim do governo de Michel Temer, apresentou um rosário de críticas ao modelo de avaliação do ensino superior brasileiro. O Enade foi especialmente reprovado pela OCDE.

Os dados do CPC e do IGC divulgados agora confirmam certas mazelas do ensino superior brasileiro: uma esmagadora maioria dos cursos presenciais com indicadores melhores do que os cursos a distância, um porcentual ínfimo (2,7%) das instituições com nota máxima e uma significativa diferença de qualidade entre instituições públicas e privadas. É o resultado de diversos problemas, entre os quais a extravagante abertura de vagas no ensino superior privado e a descabida inversão de prioridades – o País investe muito mais no ensino superior do que na educação básica, com um sistema de transferência de renda e geração de oportunidade às avessas, completado e aprofundado pela defasagem do ensino técnico e profissionalizante.

É boa notícia constatar que a atual gestão do MEC parece ter consciência dessas distorções – e que pode agir para modificá-las em parte. Olhar para a qualidade e frear o avanço dos cursos ruins foram duas dessas ações aponta-

das pelo ministro Camilo Santana ao **Estado**. Acrescentem-se outras duas, imprescindíveis: usar métricas atualizadas e oferecer incentivos aos bons exemplos. Também não bastarão bons critérios. Afinal, a estrutura do MEC é reconhecidamente deficiente para regular e fiscalizar, razão pela qual o ministro tem defendido a criação de uma espécie de agência reguladora para o ensino superior privado, prevendo um novo instituto que fique responsável pelas avaliações.

Resta ao ministro e sua equipe combinarem com os companheiros petistas – o PT, como se sabe, sempre foi um inimigo histórico das agências reguladoras. Também precisarão ser firmes e criteriosos no desenho de qualquer novo órgão estatal, a ser regido pela eficiência e bom uso dos recursos públicos, não pelo seu inverso. E, como parte da tarefa de aumentar a qualidade da educação superior, convém dedicar um olhar especial contra a farra da educação a distância e a constrangedora formação de professores nos cursos de pedagogia. Enquanto o chamado EAD converteu-se em caça-níquel de critérios questionáveis, a formação inicial de docentes é a essência para uma educação básica de alto nível, sem a qual os alunos brasileiros continuarão chegando a tropeços – quando chegam – ao ensino médio, à universidade e ao ensino técnico. ●